

SUPERINTENDENCIA DO IPHAN MATO GROSSO/MT

Termo de Referência 10/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	343042-SUPERINTENDENCIA DO IPHAN MATO GROSSO /MT	ADRIANO ORIVALDO DE BARROS	25/05/2026 10:10 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços especiais de engenharia	6/2026	01425.000271/2025-01

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa ou consórcio especializado para execução da obra de restauração da edificação da Sede da Superintendência do IPHAN-MT, localizada à Rua Sete de Setembro, nº 390, Centro, Cuiabá/MT, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CASTER	UNID.	QTD	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa ou consórcio especializado para execução da obra de restauração da edificação da Sede da Superintendência do IPHAN-MT, localizada à Rua Sete de Setembro, nº 390, Centro, Cuiabá/MT.	5622	UN	1	R\$ 1.586.953,03 (um milhão, quinhentos e oitenta e seis mil e novecentos e cinquenta e três reais e três centavos)

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como OBRAS E SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (art. 6º, incisos XII e XXI da Lei nº 14.133/2021).
- 1.3. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução.
- 1.3.1. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.
- 1.4. Prazo de vigência
- 1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 08 (oito) meses consecutivos, contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação deverá ser igual ou superior ao prazo de execução contratual contado da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.7. Definições / Informações Essenciais da Contratação.
- 1.7.1. CONTRATANTE: Superintendência Estadual do IPHAN no Estado do Mato Grosso.
- 1.7.2. Imóvel: bem tombado nacional edificação da Sede da Superintendência do IPHAN-MT.
- 1.7.3. Regime de Contratação: Empreitada por preço unitário.
- 1.7.4. Forma de Execução da Licitação: Eletrônica.
- 1.7.5. Modo de Disputa: Aberto e Fechado
- 1.7.6. Código de Serviço de Engenharia: Serviços de Engenharia - Código 5622
- 1.7.7. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.
- 1.8. Justificativa para não divisão em lotes.
- 1.8.1. Opta-se pelo não parcelamento (ou divisão) do objeto da contratação, por se tratar de intervenções de restauração em bem imóvel tombado, para as quais não se verifica necessidade da divisão do objeto em lotes ou parcelas. A adoção de lote único deverá proporcionar ganho de escala na instalação e mobilização dos equipamentos, pessoal alocado, na segurança da intervenção e na garantia da preservação do patrimônio histórico.
- 1.8.2. Mesmo com a incerteza dos quantitativos, a inviabilidade técnica ou econômica de parcelamento, que pode levar à perda de economia de escala.

A divisão também pode tornar o gerenciamento da obra mais complexo do que o parcelamento desejado.

1.8.3. Destarte, conforme consta da Lei nº 14.133/21, art. 15, será admitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio. Logo, nesta licitação será acolhida a possibilidade de consórcio, sem limitação de participantes.

ITEM	DESCRIÇÃO	ÁREA A SER RESTAURADA
1.0	Execução da obra de restauração da edificação da Sede da Superintendência do IPHAN-MT, localizada à Rua Sete de Setembro, nº 390, Centro, Cuiabá	452,44 m² - área construída 126,16 m² - área permeável

- 1.9. A limitação na quantidade de componentes dos Consórcios, com fulcro no § 4º do art. 15, da Lei n.º 14.133/21, decorre de análises técnicas prévias à licitação, tendo por base o objeto da licitação, o qual apresenta um elevado grau de complexidade e ao fato de que a permissão indiscriminada de consorciados coloca em risco a competitividade do processo, uma vez que um consórcio poderia reunir inumeráveis empresas com vistas a demonstrar sua capacidade técnica profissional, ocasionando a redução drástica do número de licitantes no certame, retirando o caráter competitivo por consequência. Ademais, a limitação evita, também, o fracionamento excessivo de responsabilidades, favorecendo a excelência na qualidade do serviço e facilitando a fiscalização da contratada pela Administração.
- 1.10. Participação de cooperativa: A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 1.11. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 1.12. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 1.13. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 1.14. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 1.15. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- i) ata de fundação;
- ii) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- iii) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- iv) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- v) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- vi) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do projeto básico, estudos técnicos preliminares e anexos deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:
- 2.2.1. ID PCA no PNCP: **26474056000171-0-000032/2026**
- 2.2.2. Data de publicação no PNCP: **16/01/2026**
- 2.2.3. Id do item no PCA: **32**
- 2.2.4. Classe/Grupo: **542 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL**
- 2.2.5. Identificador da Futura Contratação: **343042-6/2026 (SEI nº 7412329)**
- 2.2.6. Número do Documento de Formalização da Demanda: **06/2026 SEI nº 7438810.**
- 2.3. Justificativa da Contratação**
- 2.3.1. Trata-se da necessidade de Contratação de empresa ou consórcio especializado para execução da obra de restauração da edificação da Sede da Superintendência do IPHAN-MT.
- 2.3.2. O interesse de restauro do imóvel denominado Sede da Superintendência do IPHAN MT, por atualmente em estado de arruinamento, situado na Rua Sete de Setembro, nº 390, Centro, Cuiabá/MT, CEP 78005-330. De propriedade do IPHAN, localizada em área de tombamento, a edificação, é um ícone da arquitetura neoclássica em Cuiabá, e integra o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá.

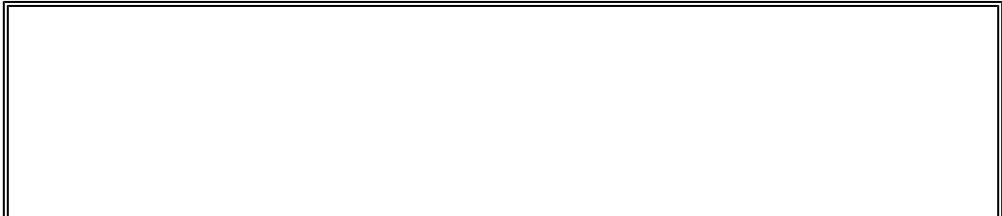




Figura 2 - Localização do imóvel em seu contexto imediato. Fonte: Google Maps, editado por CMCC, 2025.

2.3.3. Incluída no Programa PAC Cidades Históricas de 2014, e objeto do Termo de Compromisso nº 250, pactuado com a Prefeitura de Cuiabá, a Sede da Superintendência do IPHAN-MT, localizada à Rua Sete de Setembro, nº 390, Centro, Cuiabá/MT, passou entre 2019 e 2020, por obras que visavam a sua restauração. Porém, com apenas 35,09% de execução física as obras foram paralisadas, tal paralisação decorreu-se em razão da necessidade de ajustes no projeto e ainda em razão da necessidade de formalização de aditivo de valor para que se possibilitasse a conclusão das obras dentro das necessidades da Superintendência, uma vez que o objetivo inicial do Termo de Compromisso era a adaptação do imóvel para funcionamento da Casa do Patrimônio.

2.3.4. Desde a paralisação das obras o imóvel vem sofrendo invasões, incêndio, e depredações e furtos, como a exemplo, da fiação elétrica, em razão de estar localizada em uma região com alto índice de furtos, decorrente ao número excessivo de dependentes químicos que frequentam a região onde está localizado o imóvel.

2.3.5. De propriedade do IPHAN, localizada em área de tombamento, a edificação, é um ícone da arquitetura neoclássica em Cuiabá, e integra o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá.

2.3.6. A paralisação das obras de restauração da edificação em 2019, levou o imóvel a um processo gradativo de ruína, atingindo seu ápice em abril de 2025, quando parte da sua fachada desabou em decorrência de intensas chuvas, características desse período na região.

2.3.7. Além do papel institucional do IPHAN de preservar o patrimônio cultural brasileiro, a restauração da edificação se faz necessária para voltar a abrigar a Superintendência do IPHAN-MT, que atualmente ocupa imóvel locado fora do Centro Histórico de Cuiabá.

2.4. Contexto Histórico

2.4.1. O centro histórico de Cuiabá reúne os primeiros monumentos e o casario construído nas vias urbanas abertas a partir da descoberta de ouro, em 1721, que compõem o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de tombado pelo Iphan, em 1973. A arquitetura da área urbana inicial, como em outras cidades históricas brasileiras, é tipicamente colonial, mas com o tempo sofreu modificações e adaptações a outros estilos (neoclássico e eclético, entre outros). O centro relaciona-se com a configuração urbana construída até o final do período colonial e corresponde à área central da capital do Estado de Mato Grosso.

2.4.2. Os edifícios do núcleo tombado representam a origem e ocupação da cidade desde o século XVII até meados do século XX. Nessa área, estão as ruas mais antigas e equipamentos que documentam momentos marcantes da história da cidade, tanto no que se refere aos materiais e técnicas de construção quanto aos estilos. As antigas ruas de Baixo, do Meio e de Cima (atuais ruas Galdino Pimentel, Ricardo Franco e Pedro Celestino, respectivamente) e suas travessas ainda mantêm bem preservadas as características arquitetônicas das casas e sobrados.

2.4.3. Em 1727, o Arraial do Cuiabá e/ou Minas Novas, recebeu o título de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, instalando-se ali a administração pública. Nos anos seguintes, o espaço de poder foi consolidado no quadrilátero do Largo da Matriz, com a implantação do pelourinho, das casas de câmara e cadeia, da residência dos ouvidores e juízes-de-fora. A capital de Mato Grosso foi fundada em decorrência da mineração de ouro no início do século XVIII que, apesar de intensa, só durou de 1722 a 1730. A fase de mineração deu-se apenas nessa década, mas definiu os eixos de ocupação do povoado, logo elevado a vila e, por fim, a capital.

2.4.4. Com a descoberta de ouro na região do Guaporé (1730-1734), a Vila de Cuiabá assumiu uma função de "metrópole" e apresentou, durante toda a segunda metade do século XVIII, desempenho econômico e população superiores aos de outras vilas da região. A mineração deu destaque à cidade, que se firmou como centro de garimpeiros e núcleo administrativo das novas frentes vizinhas de exploração aurífera. Outro fator importante para o

desenvolvimento da vila - sua localização geográfica no Centro-Oeste, em uma área de fronteira - fez com que a Coroa Portuguesa promovesse a colonização do lugar e evitasse o avanço da Coroa Espanhola.

2.4.5. De 1807 a 1821, ao espaço urbano foram acrescentadas novas construções, como a Santa Casa de Misericórdia, um espaço para exercícios militares, o Campo d'Ourique, em torno do qual residências foram construídas. Em 1818, Cuiabá foi elevada à categoria de cidade e, em 1835, passou a Capital da Província. Após a Guerra do Paraguai (1864 - 1870) com a abertura do rio Paraguai à navegação, a cidade ganhou novo dinamismo, recebeu melhorias urbanas, como jardins com chafarizes e coretos.

2.4.6. A chegada de capitais e mercadorias europeias foi acompanhada de mão de obra qualificada: engenheiros e mestres de obras dotaram Cuiabá de edificações, fachadas, desenhos de praças, calçamentos que rompiam definitivamente com os modelos coloniais. O processo de expansão, interrompido no final do século XIX e início do século XX, foi retomado durante o Estado Novo (1930 - 1945) com a criação da Fundação Brasil Central e, posteriormente, com a fundação de Brasília e o incremento de sua urbanização ocorreu uma descaracterização parcial do núcleo histórico.

2.4.7. Este casarão histórico, no centro de Cuiabá, está em uma área que faz parte do centro histórico tombado pelo IPHAN em 1973, que foi construído a partir da descoberta de ouro no século XVIII. Sua localização, no Centro da cidade, a insere no conjunto arquitetônico e urbanístico da fundação de Cuiabá, um local de grande importância histórica para a região e o estado.

2.4.8. Este casarão histórico que pertenceu a Oscarino Ramos, presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em 1940, um dos intelectuais históricos cuiabanos, foi adquirida em 2009 para que a Superintendência do Iphan-MT fosse instalada. A última vez que o imóvel esteve ocupado foi em 2018. Não há a data exata da construção dele, mas o Iphan informou que, segundo o mapa de Cuiabá feito em 1786, a construção deve ter acontecido no final do século XVIII.

2.4.9. Cerca de 20 anos após o falecimento dele, o imóvel foi adquirido pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1988. Os serviços de revitalização do imóvel foram executados de 1990 a 1993 e foram finalizados para atender o espaço cultural do IPHAN.

2.4.10. O Iphan começou a atuar em Mato Grosso a partir de 1970 e, após nove anos, a 8ª Diretoria Regional passou a ocupar o casarão. Depois, em 2009, transformou-se em Superintendência após a última reformulação do Iphan ter sido feita.

2.5. Projeto Executivo Existente

2.5.1. O projeto executivo já desenvolvido atende a todos os parâmetros técnicos necessários para a execução das obras, garantindo infraestrutura, acessibilidade, conforto ambiental e instalações adequadas para um espaço de visitação pública.

2.5.2. Conforme o art. 46, §5º da Lei nº 14.133/2021, o projeto poderá ser alterado caso sejam comprovadas vantagens nas novas soluções, como:

2.5.2.1. Redução de custos;

2.5.2.2. Aumento da qualidade;

2.5.2.3. Diminuição do prazo de execução;

2.5.2.4. Facilidade de manutenção e operação.

2.5.3. Intervenções previstas:

2.5.3.1. Correção estrutural de parede no Corpo Principal;

2.5.3.2. Construção de parede divisória em gesso acartonado;

2.5.3.3. Construção de parede baixa em alvenaria;

2.5.3.4. Fechamento de aberturas em alvenaria;

2.5.3.5. Cobertura do Anexo;

2.5.3.6. Instalação de forro de madeira;

2.5.3.7. Pavimentação e paginação de piso;

2.5.3.8. Reconstituição de rodapés;

2.5.3.9. Reconstrução de reboco;

2.5.3.10. Construção de balaustrada;

2.5.3.11. Revitalização de áreas molhadas (azulejos);

2.5.3.12. Paisagismo;

2.5.3.13. Instalação de piso tátil;

2.5.3.14. Detalhamento de esquadrias;

2.5.3.15. Pintura (teto, forro, divisória, fachada e interna).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução, como um todo, encontra-se pormenorizada no projeto executivo e anexos deste Termo de Referência.

3.2. A solução deverá contemplar, obrigatoriamente, diretrizes e planos de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas restaurados e requalificados, considerando as características do bem tombado e a durabilidade das soluções adotadas. A CONTRATADA deverá também prever a prestação de assistência técnica durante o período mínimo de 12 (doze) meses após a entrega definitiva da obra, com visitas técnicas periódicas, orientações operacionais e suporte à equipe gestora quanto ao uso, monitoramento e conservação dos espaços e sistemas implantados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. **Sustentabilidade:** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A empresa contratada deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se os critérios indicados abaixo:

4.1.1.1. Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;

4.1.1.2. Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;

4.1.1.3. Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;

4.1.1.4. Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;

4.1.1.5. Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilização de fonte ecológica recomendada pela Advocacia-Geral de União, disponível no eletrônico: <https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cut/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf/view>;

4.1.1.6. Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;

4.1.1.7. Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;

4.1.1.8. Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução nº 424, de 2010;

4.1.1.9. Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;

4.1.1.10. Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPIs necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares etc., fiscalizando e zelando para que eles cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

4.1.1.11. Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação empresas que tenham certificação ambiental;

4.1.1.12. Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;

4.1.1.13. Atendimento às Instruções de Serviços do IPHAN, principalmente a Instrução Normativa nº 61, de 17/09/2021, que trata da Responsabilidade Ambiental das Contratadas – RAC.

4.1.1.14. Eficiência Energética e Hídrica: Mesmo em um projeto de restauro, é possível incorporar tecnologias que melhorem o desempenho ambiental da edificação, tais como:

4.1.1.14.1. Iluminação e Ventilação Naturais: A restauração deve valorizar e, se for o caso, recuperar os sistemas originais de iluminação e ventilação para reduzir a necessidade de climatização artificial e iluminação elétrica.

4.1.1.14.2. Sistemas Hidráulicos: Instalação de torneiras com arejadores, vasos sanitários com caixas de descarga de duplo acionamento e outros dispositivos que economizem água.

4.1.1.14.3. Sistemas de Captação: Considerar em projeto a instalação de sistemas de captação e reuso de água da chuva para uso em jardins, descargas e limpeza externa.

4.1.1.15. A sustentabilidade em um projeto de restauro não se limita ao ambiente; ela também abrange o aspecto social.

4.1.1.16. Mão de Obra Local: Priorizar a contratação de mão de obra local. Isso não só gera empregos na comunidade, mas também valoriza o conhecimento técnico e artesanal regional, muitas vezes essencial para o restauro.

4.1.1.17. Respeito ao Patrimônio: A equipe de obra deve ser treinada para respeitar o valor histórico e cultural do bem tombado. Além disso, a presença do canteiro de obras não deve comprometer a circulação ou a segurança dos moradores do entorno.

4.1.1.18. Divulgação e Educação: Inclusão no projeto a divulgação das práticas sustentáveis adotadas e, se possível, a realização de atividades educativas para a comunidade local sobre a importância da preservação do patrimônio.

4.1.2. Participação de Consórcios: É admitida. Conforme consta da Lei nº 14.133/21, art. 15, será admitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio. Logo, nesta licitação será acolhida a possibilidade de Consórcio, com constituição a partir de 02 (duas) empresas. A participação de consórcio deverá resultar em reforço na capacidade técnica e financeira do licitante, possibilitando a participação de empresas regionais com aumento na competitividade.

4.1.2.1. A limitação na quantidade de componentes dos Consórcios, com fulcro no § 4º do art. 15, da Lei nº 14.133/21, decorre de análises técnicas prévias à licitação, tendo por base o objeto da licitação, o qual apresenta um elevado grau de complexidade e ao fato de que a permissão indiscriminada de consorciados coloca em risco a competitividade do processo, uma vez que um consórcio poderia reunir inúmeras empresas com vistas a demonstrar sua capacidade técnica profissional, ocasionando a redução drástica do número de licitantes no certame, retirando o caráter competitivo por consequência. Ademais, a limitação evita, também, o fracionamento excessivo de responsabilidades, favorecendo a excelência na qualidade do serviço e facilitando a fiscalização da contratada pela Administração.

4.1.3. **Subcontratação:** É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.1.3.1. A contratada poderá subcontratar obras e serviços específicos que, em razão de sua natureza técnica ou especialização, exijam a atuação de empresas ou profissionais devidamente habilitados, tais como ensaios, prospecções, sondagens, entre outros.

4.1.3.2. A contratada é responsável pela execução de todos os serviços, inclusive pelos serviços subempreitados. De nenhum modo a fiscalização interferirá diretamente junto às empresas subcontratadas. Qualquer notificação ou impugnação de serviço ou material será feita diretamente à contratada.

4.1.3.3. A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.1.3.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste nos itens de maior relevância do projeto básico.

4.1.3.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação

ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.1.3.6. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

4.1.3.7. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.1.3.7.1. Serviços de Demolição e Remoção: Demolição de piso de concreto simples;

4.1.3.7.2. Serviços de Instalação de Sistemas Secundários: Instalação de ar-condicionado do tipo Split Inverter e a instalação de quadros, luminárias e eletrodutos para a rede elétrica interna; e

4.1.3.7.3. Serviços de Paisagismo: Plantio de arbustos e grama, e espalhamento de terra vegetal.

4.1.3.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.3.9. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.1.3.10. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.1.3.11. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.1.3.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

4.1.4. Exclusividade ME – Microempresa / EPP – Empresa de Pequeno Porte

4.1.4.1. Não é aplicável. A exclusividade de “Micro Empresas”, “Empresas de Pequeno Porte” ou “Consórcios formados exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte” não se enquadra ao objeto do Projeto Básico, em decorrência do valor do orçamento, conforme disposto no art. 6º do Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, abaixo transcrito, e suas alterações impostas pelo Decreto nº 10.273, de 13/03/2020, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal:

4.1.4.2. “Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)”.

4.1.5. **Garantia de Contratação**

4.1.5.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.1.5.2. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.1.5.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.1.5.4. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.1.5.5. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.1.5.6. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.1.5.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.1.5.8. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contando da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.1.5.9. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.1.5.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.1.5.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.1.5.12. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.1.5.13. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.1.5.14. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.1.5.14.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.1.5.14.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.1.5.14.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.1.5.15. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.1.5.16. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

- 4.1.5.17. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.1.5.18. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.1.5.19. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.1.5.20. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.1.5.21. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.1.5.22. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.1.5.23. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.1.5.24. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.1.5.25. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.1.5.26. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.1.5.27. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.1.5.28. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.1.5.29. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.1.5.30. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.1.5.31. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.1.6. **Garantia Adicional**

- 4.1.6.1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA. Assim, caso opte pela modalidade seguro-garantia, é obrigatório que a ADJUDICATÁRIA contrate a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- 4.1.6.2. Em razão da contratação de obras e serviços de engenharia, necessária a apresentação da garantia adicional da ADJUDICATÁRIA cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis na forma do art. 59, §5º da Lei nº 14.133/21.

4.1.7. **Vistoria**

- 4.1.7.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, 8:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00.
- 4.1.7.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.1.7.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.1.7.4. Quaisquer informações quanto às visitas poderão ser obtidas junto à Superintendência do IPHAN no Mato Grosso pelo e-mail administrativa.mt@iphan.gov.br.
- 4.1.7.5. Caso a licitante não queira realizar da vistoria, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, sob as penalidades da lei, informando que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo, portanto, total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para efetuar quaisquer questionamentos futuros que possam ensejar avenças técnicas ou financeiras com o CONTRATANTE.
- 4.1.7.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. **Condições de Execução.**

- 5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica.

5.1.1.1. Prazo de vigência do contrato: O prazo de vigência do contrato é de 8 (oito) meses consecutivos, sendo que a vigência contratual será iniciada com a assinatura do contrato ou na data nele indicada, ainda que anterior ou posterior à publicação do extrato no Diário Oficial da União de que trata o art. 94 da Lei nº 14.133/21. Importa ressaltar que o prazo de vigência contratual deverá ser igual ou superior ao prazo de execução contratual. Neste caso, o prazo de vigência contratual deverá ser superior em 180 (cento e oitenta) dias ao prazo de execução contratual.

- 5.1.1.2. O cronograma a ser elaborado pela CONTRATADA deverá prever um prazo máximo de 4 (quatro) meses consecutivos, dividido em etapas

que compreendem a execução da obra de restauração da edificação da Sede da Superintendência do IPHAN-MT, localizada à Rua Sete de Setembro, nº 390, Centro, Cuiabá/MT.

5.1.1.3. Ordem de Início de Serviço de Obra: A Ordem de Início de Serviço para a Execução das Obras será dada pela Superintendência Estadual do IPHAN no Estado de Mato Grosso.

5.1.1.4. Cronograma de realização dos serviços: deverá ser aquele estabelecido no cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante, cumpridos os requisitos estabelecidos neste Termo. #3399ff

CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO DA OBRA					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04
1	Serviços Iniciais	X	X	X	
2	Movimento de Terra - Projeto Estrutural Anexo	X			
3	Infraestrutura - Projeto Estrutural Anexo	X			
4	Superestrutura - Projeto Estrutural Anexo	X			
5	Sistema de Vedação	X	X	X	
6	Esquadrias			X	X
7	Cobertura	X			
8	Instalações Elétricas		X	X	
9	Instalação de Lógica/Telefônica			X	X
10	Instalação prediais de água fria, esgoto sanitário, água pluvial, louças e metais.	X	X	X	X
11	Instalação de combate a incêndio.				X
12	Revestimentos	X	X	X	
13	Vidros				X
14	Pintura				X
15	Serviços complementares.				X
16	Paisagismo/urbanização		X	X	X
17	Administração de obra	X	X	X	X
18	Forro			X	
19	Ar-condicionado		X	X	X
20	Piso	X	X	X	
21	Instalações especiais (som, alarme, CFTV, dentre outros)				X
22	Urbanização do Beco			X	X

5.1.1.5. A execução de cada etapa deverá atender às Especificações do IPHAN e Normas da ABNT para sua aceitação, mantendo-se integralmente atendidas durante todo o período do contrato. Adicionalmente são feitas algumas indicações acerca dos prazos, conforme descrito abaixo:

5.1.2. **Materiais a serem disponibilizados.**

5.1.2.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e devida qualidades, promovendo sua substituição quando necessário.

5.1.2.2. Deverão ser considerados os requisitos concernentes ao projeto de engenharia, aos materiais, equipamentos, controle de qualidade, condições de conformidade e não conformidade, dentre outros critérios, satisfazendo aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT e do IPHAN.

5.1.3. **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta.**

5.1.3.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.1.3.1.1. Todos os métodos de dimensionamento, forma de apresentação de documentos (planilhas, plantas, diagramas), materiais a serem empregados na obra e execução dos serviços deverão atender às especificações constantes nos manuais técnicos e normas vigentes do IPHAN disponíveis no site www.gov.br/IPHAN.

5.1.3.1.2. O Projeto Executivo será fornecido pela contratante com base em dados recentes, atendendo aos normativos, Manuais do IPHAN e Instruções de Serviços. Poderão ser realizadas alterações de soluções, a depender da necessidade e da comprovação de igual ou melhor desempenho.

5.1.4. **Especificação da garantia do serviço.**

5.1.4.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.1.5. **Uniformes**

5.1.5.1. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.1.5.1.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.1.5.1.1.1. 2 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre

que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.1.5.1.1.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade;

5.1.5.1.1.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.1.5.1.1.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Preposto

6.6.1. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.2. A CONTRATADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto ao longo do período 15 (quinze) meses, referente a execução da obra.

6.6.3. O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

6.7. Rotinas de Fiscalização

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do caput do art. 117 da Lei nº 14.133/21.

6.7.2. O IPHAN indicará, por meio de Portaria, um representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes ao objeto contratado, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

6.7.3. Caberá ao fiscal do contrato, designado por Portaria do Superintendente Estadual do IPHAN no Estado de Cuiabá, fazer cumprir todas as exigências legais (vide Lei nº 14.133/21 e Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022) e do IPHAN e supervisionar as atividades sob responsabilidade da empresa, assim como acompanhar e controlar o desembolso das respectivas parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas na lei.

6.8. Fiscalização Técnica

6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/21, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.8.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.9. Fiscalização Administrativa

6.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.10. Gestor do Contrato

6.10.1. Cabe ao gestor do contrato:

6.10.1.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10.1.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

- 6.10.1.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.10.1.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.10.1.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.10.1.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.10.1.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 6.10.1.8. receber e dar encaminhamento imediato:
 - 6.10.1.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;
 - 6.10.1.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - 7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 7.3. Multa:
 - 7.3.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 7.3.1.1. Multa compensatória para a infração descrita acima na alínea “a” de 0,50% (meio por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
 - 7.3.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 7.3.2.1. Multa compensatória para a infração descrita acima na alínea “b” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
 - 7.3.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 7.3.3.1. Multa compensatória para a infração descrita acima na alínea “c” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
 - 7.3.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 7.3.4.1. Multa compensatória para infração descrita acima na alínea “d” de 0,50% (meio por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
 - 7.3.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 7.3.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 7.3.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
 - 7.3.7.1. Multa compensatória para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
 - 7.3.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dias) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 7.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 7.10. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.11. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.12. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.12.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 7.12.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 7.12.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 7.12.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 7.12.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.18. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 8.1. A avaliação da execução do objeto e aceitabilidade da obra será realizada pela fiscalização e estará condicionada à correta execução do projeto de engenharia, ao acompanhamento e atestação dos serviços, aos relatórios de controle da qualidade, que contenham os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade dos serviços executados e o atendimento aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT e do IPHAN.
- 8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados acordados;
 - b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 8.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 8.3.1. Os serviços serão medidos, de acordo com os eventos preestabelecidos nos Critérios de Pagamentos, após sua devida conclusão;
 - 8.3.2. As medições das parcelas concluídas após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro contratual poderão ser efetivadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas;
 - 8.3.3. As medições serão feitas mensalmente, respeitando no mínimo o percentual de cada parcela, de acordo com o cronograma físico financeiro adotado e aceito pelo IPHAN;
 - 8.3.4. No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura;
 - 8.3.5. Se, para um determinado evento, o cronograma estiver atrasado, o mesmo somente será considerado atendido quando os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento;
 - 8.3.6. Esses critérios poderão ser alterados durante a execução do contrato com a finalidade de proporcionar maior detalhamento dos eventos e melhores condições para atuação da fiscalização nas medições;
 - 8.3.7. Nenhuma medição será processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade, contendo os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado. Não será motivo de medição em separado: mão-de-obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos.
- 8.4. **Do recebimento**
- 8.4.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do art. 140, inciso I, da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores;
 - 8.4.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada;
 - 8.4.3. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;
 - 8.4.4. CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso;

- 8.4.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;
- 8.4.6. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada;
- 8.4.7. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;
- 8.4.8. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso;
- 8.4.9. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;
- 8.4.10. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022);
- 8.4.11. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022);
- 8.4.12. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;
- 8.4.13. Ao final de cada período de faturamento.
- 8.5. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 8.6. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 8.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 8.8. A CONTRATADA fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/21).
- 8.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 8.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);
- 8.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 8.13.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 8.13.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 8.14. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 8.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 8.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.18. **Liquidação**
- 8.18.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.18.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.18.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.18.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;

8.18.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.18.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

8.18.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

8.18.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18.9. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

8.18.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.19. Prazo de pagamento

8.19.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19.2. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA não tenha dado causa ao atraso, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária, após decorridos 30 dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.

8.19.3. Conforme Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, anexo XI, item 5: 5. Na inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8.20. Forma da Pagamento

8.20.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.20.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.20.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.20.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.20.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.21. Reajuste

8.21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI 09/2025 - Mato Grosso; SBC 09/2025; SETOP 07/2025; CPOS 09/2025; EMOP 09/2025; SCO 09/2025; ORSE 09/2025; SUDECAP 09/2025.

8.21.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante dos seguintes índices:

8.21.2.1. Execução das Obras: pelos índices de reajustamentos de obras INCC-M.

8.21.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.21.4. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir:

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

I0 = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

Ii = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado

8.21.5. Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista deverão ser atualizados financeiramente, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso. Para tanto, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, após decorridos 30 dias contados a partir da

data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.

8.21.6. O IPCA foi instituído inicialmente com a finalidade de corrigir as demonstrações financeiras das companhias de capital aberto.

8.21.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.21.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.21.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.21.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.22. Cessão de crédito

8.22.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.22.2. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.22.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.22.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.22.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.23. Alteração dos valores contratuais

8.23.1. É vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos (art. 133, da Lei nº 14.133/21):

8.23.1.1. Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

8.23.1.2. Por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte da CONTRATADA, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133/21;

8.23.1.3. Por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE.

9.1.2. MODALIDADE: Concorrência (art. 28, II, Lei nº 14.133/21);

9.1.3. REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço unitário (art. 46, I, Lei nº 14.133/21);

9.2. Justificativa para empreitada por preço unitário:

9.2.1. Este regime demonstra-se ser a melhor opção entre os regimes elencados no Artigo 46 da Lei nº 14.133/21 devido a:

9.2.1.1. Natureza do empreendimento, tanto no ponto de vista de projeto, quanto na execução;

9.2.1.2. Fatores inerentes à natureza da obra, especialmente em contextos de patrimônio histórico.

9.2.1.3. Unicidade do Objeto: A restauração de um prédio histórico exige uma única responsabilidade técnica para não comprometer o conjunto arquitetônico.

9.2.1.4. Economia de Escala: É mais barato ter um único canteiro de obras e uma única equipe de gestão.

9.2.1.5. Inviabilidade Técnica: Seria impossível coordenar duas empresas diferentes restaurando a mesma fachada ao mesmo tempo.

9.3. FORMATO DE EXECUÇÃO: Eletrônico (art. 12, VI, Lei nº 14.133/21);

9.4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço (art. 33, I, Lei nº 14.133/21);

9.5. CRITÉRIOS DE DESEMPATE: Conforme art. 60 da Lei nº 14.133/21;

9.6. MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO (art. 56, §1º, Lei nº 14.133/21);

9.7. VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R\$ R\$ 1.586.953,03 (um milhão, quinhentos e oitenta e seis mil e novecentos e cinquenta e três reais e três centavos), tendo por base o mês de março de 2026. As planilhas orçamentárias que deram origem ao orçamento estimado encontram-se restritas e os seus detalhamentos constam no processo SEI! nº 01425.000271/2025-01.

9.8. Modalidade.

9.8.1. A opção pela modalidade concorrência fundamenta-se na natureza do objeto da contratação, que envolve a execução das obras de restauro da edificação da Sede da Superintendência do IPHAN-MT, localizada à Rua Sete de Setembro, nº 390, Centro, Cuiabá/MT.

9.8.2. Esses serviços demandam elevado nível de conhecimento técnico especializado, abrangendo a realização de atividades complexas, como estudos técnicos, elaboração de projetos detalhados e execução de intervenções em bem imóvel tombado. Tal complexidade não caracteriza esses serviços como "serviços comuns", nos termos do inciso XXI do art. 6º da referida Lei, que define serviços comuns como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente descritos por especificações usuais de mercado.

9.8.3. Ainda que o escopo da contratação esteja claramente delimitado no Termo de Referência, nos Projetos Executivos e nos demais documentos que integram o edital, as especificidades técnicas e o grau de especialização requerido tornam inadequada a utilização do pregão eletrônico, que é reservado para contratações de bens e serviços comuns, conforme estabelecido no art. 6º, inciso XXI, e regulamentado pelo art. 28 da mesma legislação.

9.8.4. A modalidade concorrência, por sua vez, é a mais apropriada para contratações de obras e serviços de engenharia que demandem especificações

técnicas detalhadas, maior rigor na seleção das contratadas e análise criteriosa de propostas, possibilitando, assim, a escolha da solução mais vantajosa e tecnicamente adequada às necessidades do IPHAN.

9.8.5. Portanto, a adoção da modalidade concorrência assegura a observância dos princípios da eficiência e da legalidade, garantindo que a contratação atenda plenamente às exigências técnicas e operacionais do objeto previsto.

9.8.6. A opção é pela forma ELETRÔNICA, em atendimento ao art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/21 que indica que as licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica.

9.8.7. Alguns fatores foram significativos para escolha da modalidade:

9.8.7.1. Imprecisão nos Quantitativos de Serviços Devido à Natureza de Reforma em Edifício Histórico;

9.8.7.2. Restaurações em construções antigas, como o casarão do IPHAN (datado do período colonial, com paredes de adobe deterioradas e histórico de problemas estruturais), envolvem descobertas imprevistas durante a execução, como danos ocultos em estruturas, necessidade de intervenções arqueológicas ou adaptações para preservação. A empreitada por preço unitário permite medições mensais baseadas no executado real, sem risco de aditivos excessivos por variações de volume. Em contraste, a empreitada por preço global exige precisão prévia nos projetos, o que é inviável aqui devido à ausência ou incompletude de projetos executivos detalhados.

9.8.7.3. Preservação Patrimonial e Restrições Regulatórias do IPHAN: Como imóvel tombado, a obra segue normas rigorosas de restauração (ex.: recuperação de elementos originais como jardins e alvenarias), com aprovações do IPHAN que podem alterar escopos durante a execução para evitar danos irreversíveis. Essa flexibilidade é favorecida pelo regime unitário, que remunera itens isolados (ex.: m² de alvenaria restaurada ou hora de mão de obra especializada), facilitando ajustes sem rescisões contratuais.

9.8.7.4. Facilitação da Fiscalização e Pagamentos por Medição Efetiva: O regime permite controle rigoroso via planilha orçamentária e medições periódicas pelo fiscal da obra, reduzindo riscos de superfaturamento ou inexecução. Pagamentos são proporcionais ao avanço real, alinhando-se ao orçamento limitado, e evita o "descaso" com projetos incompletos, comum em licitações públicas.

9.9. Regime de Execução

9.9.1. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.10. Critérios de aceitabilidade de preços

9.10.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.10.2. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.10.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.10.3.1. Valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.10.3.2. custos unitários relevantes a planilha orçamentária.

9.10.4. É necessário que o licitante apresente o Cronograma Físico-Financeiro e os Critérios de Pagamento, respectivamente, adaptado à proposta.

9.10.5. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

9.11. Modo de Disputa

9.11.1. A disputa será no modo ABERTO E FECHADO em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, sendo vedado o sigilo das propostas, conforme art. 6º, inciso XXXVIII, alínea “a”, e art. 56, § 1º da Lei 14.133/2021; e IN Seges/MGI 2/2023, art. 4º, incisos I e II, o primeiro, in verbis:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

a) menor preço;

Art. 56. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

I - Aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;

§ 1º A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

9.12. Exigências de habilitação

9.12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.12.1.1. Habilitação jurídica

9.12.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.12.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.12.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-o-certificado-de-condicao-de-microempreendedor-individual>;

9.12.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.12.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento

comprobatório de seus administradores;

9.12.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12.1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.12.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.12.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.12.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.12.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.12.1.3. Qualificação econômico-financeira

9.12.1.3.1. A comprovação de boa situação financeira da empresa será calculada através dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores ou iguais a 1,00 (um inteiro);

$$\text{Liquidez Geral (LG)} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{Solvência Geral (SG)} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{Liquidez Corrente (LC)} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.12.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.12.1.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) *As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e*

b) *Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.*

9.12.1.3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, conforme § 4º do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018;

9.12.1.3.5. Será exigido para fins de habilitação, caso a empresa apresente resultados inferior ou igual a 1,0, em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente:

9.12.1.3.5.1. patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação, por meio da apresentação da apresentação dos Balanços Patrimoniais e Demonstrações Contábeis do último exercício social exigível; e

9.12.1.3.5.2. Capital circulante líquido ou capital de giro (Ativo circulante - passivo circulante) de no mínimo 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos) por cento do valor estimado da contratação, tendo por base o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do do último exercício social exigível.

9.12.1.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

9.12.1.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.12.1.4. Qualificação Técnica

9.12.1.4.1. Seguindo os critérios de qualificação: nesta etapa se determina quais licitantes cumprem substancialmente os critérios de qualificação indicados no QUADRO 1- Qualificação Técnico-Profissional (QTP) e QUADRO 2- Qualificação Técnica-Operacional (QTO) abaixo. Somente as propostas que atendam os critérios mínimos de qualificação serão consideradas em conformidade substancial. Será verificada e habilitada com base nos seguintes critérios:

9.12.1.4.1.1. Qualificação Técnico-Profissional (QTP)

9.12.1.4.1.1.1. Para exercer legalmente a profissão no Brasil, bacharéis em Engenharia ou Arquitetura devem estar registrados no respectivo conselho profissional: CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil). O registro no CREA ou CAU é obrigatório e assegura que o/a engenheiro/a ou arquiteto/a atue em conformidade com as normas e padrões exigidos pela legislação e ética da área.

9.12.1.4.1.1.2. Nos termos do §§ 1º e 2º do Art.67 da Lei 14.133, a licitante deverá comprovar a experiência profissional de membros da equipe técnica, relativas as parcelas de maior relevância, conforme os requisitos estabelecidos no Quadro 1 – Qualificação Técnico-Profissional (QTP).

9.12.1.4.1.1.3. Certidão de Registro de Pessoa Física no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou outro órgão competente, em nome do profissional técnico responsável, indicado para execução do objeto licitado, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação.

9.12.1.4.1.1.4. Prova de capacidade técnico-profissional: A prova de capacidade técnico-profissional será comprovada mediante apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços de características semelhantes ao objeto da contratação, conforme os requisitos estabelecidos no Quadro 1 – Qualificação Técnico-Profissional (QTP).

9.12.1.4.1.1.2. Os documentos apresentados devem conter todas as informações necessárias para comprovação, sob pena de não serem considerados.

9.12.1.4.1.2. Qualificação Técnica-Operacional (QTO)

9.12.1.4.1.2.1. Nos termos do §§ 1º e 2º do Art.67 da Lei 14.133, a licitante deverá apresentar 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificado, em nome da licitante, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, relativas as parcelas de maior relevância, conforme Quadro 2 –Qualificação Técnica-Operacional (QTO).

9.12.1.4.2. Documentação Obrigatória

9.12.1.4.2.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), com validade na data de recebimento da documentação.

9.12.1.4.2.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.12.1.4.2.3. A licitante deverá obrigatoriamente apresentar relação dos serviços executados por profissionais de nível superior vinculados à empresa e constante do seu Registro/Certidão de inscrição no Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante Atestados e/ou Certidões de Capacidade Técnica por execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação.

9.12.1.4.2.4. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.12.1.4.2.5. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras.

9.12.1.4.2.6. O (s) atestado (s) deverá possuir informações claras sobre quem o expedir. Caso parem dúvidas sobre a veracidade do (s) atestado (s) apresentado (s), poderá o Agente de Contratação realizar auditoria para saná-las.

9.12.1.4.2.7. A comprovação poderá ser realizada por meio de um ou mais atestados (admite-se somatório de atestados).

9.12.1.4.3. Requisitos para Validação dos Documentos:

9.12.1.4.3.1. Os atestados e comprovantes devem conter, de forma clara e destacada (sublinhado ou em grifo), as seguintes informações:

9.12.1.4.3.1.1. Autoria do projeto/serviço (nome e número de registro no CAU/CREA do profissional responsável);

9.12.1.4.3.1.2. Tipo de projeto/serviço executado;

9.12.1.4.3.1.3. Descrição sucinta das características, permitindo a identificação da similaridade com o objeto desta licitação.

QUADRO 1- EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (EP) Técnico Profissional			
ITEM	REQUISITOS	QTDE A SER CONTRATADA	QTDE MÍNIMA A SER COMPROVADA
1	Atestado(s) de Capacidade Técnica que ateste(m) a experiência profissional na execução de instalação de sistema central de ar condicionado dutado VRF, composto de unidades múltiplas, com capacidade	01 Unid.	01 Unid.

	igual ou superior a 13 HP (30.000 frigorías/hora), em obras de Restauro de Edificação Tombada em nível Federal, e ou Estadual e ou Municipal.		
2	Atestado(s) de Capacidade Técnica que ateste(m) a experiência profissional na execução de instalação pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com pó de pedra , em obras de Restauro de Edificação Tombada em nível Federal, e ou Estadual e ou Municipal.	210,03 m³	105,00 m²
3	Atestado(s) de Capacidade Técnica que ateste(m) a experiência profissional na execução de serviço de restauro de revestimentos de paredes, ornamentos, cimalhas, entalhes e adornos em argamassa de a base de cal , em obras de Restauro de Edificação Tombada em nível Federal, e ou Estadual e ou Municipal.	1.615,99 m²	807,00 m²
4	Atestado(s) de Capacidade Técnica que ateste(m) a experiência profissional na recuperação de esquadrias de madeira em edificações históricas , em obras de Restauro de Edificação Tombada em nível Federal, e ou Estadual e ou Municipal.	153,89 m²	76,00 m²

QUADRO 2- EXPERIÊNCIA DA EMPRESA (EE) Técnico Operacional			
ITEM	REQUISITO	QTDE A SER CONTRATADA	QTDE MÍNIMA A SER COMPROVADA
1	Atestado(s) de Capacidade Técnica que ateste(m) a experiência profissional na execução de instalação de sistema central de ar condicionado dutado VRF, composto de unidades múltiplas, com capacidade igual ou superior a 13 HP (30.000 frigorías/hora) , em obras de Restauro de Edificação Tombada em nível Federal, e ou Estadual e ou Municipal.	01 Unid.	01 Unid.
2	Atestado(s) de Capacidade Técnica que ateste(m) a experiência profissional na execução de instalação pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com pó de pedra , em obras de Restauro de Edificação Tombada em nível Federal, e ou Estadual e ou Municipal.	210,03 m³	105,00 m²
3	Atestado(s) de Capacidade Técnica que ateste(m) a experiência profissional na execução de serviço de restauro de revestimentos de paredes, ornamentos, cimalhas, entalhes e adornos em argamassa de a base de cal , em obras de Restauro de Edificação Tombada em nível Federal, e ou Estadual e ou Municipal.	1.615,99 m²	807,00 m²
4	Atestado(s) de Capacidade Técnica que ateste(m) a experiência profissional na recuperação de esquadrias de madeira em edificações históricas , em obras de Restauro de Edificação Tombada em nível Federal, e ou Estadual e ou Municipal.	153,89 m²	76,00 m²

- 9.12.1.4.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.12.1.4.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- 9.12.1.4.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 9.12.1.4.7. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 9.12.1.4.8. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.12.2. Disposições gerais sobre habilitação

- 9.12.2.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.12.2.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.12.2.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.12.2.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.12.2.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.12.3. Documentação complementar para cooperativas

- 9.12.3.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 9.12.3.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 9.12.3.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.12.3.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.12.3.1.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.12.3.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 9.12.3.1.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- a) ata de fundação;
 - b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
 - g) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O Valor Global do Orçamento Referencial estimado para o empreendimento é de **R\$R\$ 1.586.953,03 (um milhão, quinhentos e oitenta e seis mil e novecentos e cinquenta e três reais e três centavos)**, tendo por base o mês de setembro de 2025), tendo por base o mês de março de 2026.
- 10.2. As planilhas orçamentárias que deram origem ao orçamento estimado encontram-se restritas e os seus detalhamentos constam no processo SEI! nº 01425.000271/2025-01.
- 10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato (art. 22, §3º da Lei nº 14.133/21).
- 10.4. Matriz de Risco é o instrumento que define as responsabilidades do CONTRATANTE e da CONTRATADA na execução do contrato. Com base na Matriz de Risco, são definidas as diretrizes das cláusulas contratuais.
- 10.5. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco.
- 10.6. Os casos fortuitos ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Risco são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 10.7. Constitui peça integrante deste contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, o Anexo- Matriz de Risco.
- 10.8. O termo risco neste contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.
- 10.9. A análise dos riscos associados ao empreendimento é realizada com base nas informações da Matriz de Risco.

10.10. A CONTRATADA declara:

10.10.1. Ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato;

10.10.2. Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

10.10.3. As planilhas orçamentárias que deram origem ao orçamento estimado encontram-se abertas e os seus detalhamentos constam no processo SEI nº 01500.004694 2019-02.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.3. Gestão / Unidade: DAEI / IPHAN-MT

11.4. Fonte de Recursos: 100 - Recursos Ordinários

11.5. Programa de Trabalho: 5125 - Direito a Cultura

11.6. Elemento de Despesa: 44905100

11.7. Plano Interno: C55381IP051

11.8. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Obrigações da CONTRATADA

12.1.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e seus Anexos, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

12.1.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.1.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.1.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.1.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

12.1.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.123, de 2021;

12.1.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

12.1.2.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

12.1.2.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

12.1.2.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

12.1.2.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

12.1.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.1.3. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.1.4. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.1.5. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.1.6. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.1.7. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

12.1.8. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.1.9. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.1.10. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

12.1.11. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

12.1.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

12.1.13. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

12.1.14. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

12.1.15. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

12.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

12.1.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

12.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

12.1.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.123, de 2021;

12.1.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

12.1.21. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local da ser desempenhada a obra;

12.1.22. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo

exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

12.1.23. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

12.1.24. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

12.1.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

12.1.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

12.1.27. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

12.1.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

12.1.29. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

12.1.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

12.1.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

12.1.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

12.1.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

12.1.34. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

12.1.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

12.1.36. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

12.1.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

12.1.38. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

12.1.39. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

12.1.40. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

12.1.41. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

12.1.42. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.

12.1.43. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

12.1.44. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

12.1.45. Licenciamento Ambiental da Obra

12.1.45.1. A presente obra necessitará de licenciamento ambiental. A responsabilidade por sua realização ficará a cargo da contratada, na forma do artigo 25, §5º, I, da Lei n. 14.133/2021.

12.2. Obrigações do CONTRATANTE

12.2.1. São obrigações do Contratante:

12.2.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

12.2.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.2.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

12.2.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.2.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e

pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.123, de 2021;

12.2.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

12.2.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

12.2.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.2.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.2.1.10. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.2.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

12.2.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.2.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.123, de 2021.

12.2.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

12.2.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

12.2.1.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

12.2.1.16.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

12.2.1.16.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

12.2.1.16.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

12.2.1.16.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e

12.2.1.16.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

12.2.1.17. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

12.2.1.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12.2.1.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

12.2.1.20. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.3. Obrigações pertinentes à LGPD

12.3.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 12.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.3.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.3.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

12.3.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.3.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.3.7. A CONTRATADA deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.3.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.3.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.3.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.3.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.3.12. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.3.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12.4. Da Extinção Contratual

12.4.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.4.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

12.4.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

12.4.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.4.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução

contratual.

12.5. Assinaturas

12.5.1. O Termo de Referência está adequado ao que dispõe o art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.123/21 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 2022.

12.6. Dos Casos Omissos

12.6.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.123, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

12.7. Alterações

12.7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.123, de 2021.

12.7.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

12.7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

12.7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 126 da Lei nº 14.123, de 2021.

12.8. Garantia e Assistência Técnica

12.8.1. Além da garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, os serviços e seus componentes deverão ter garantia técnica de fixação, pintura e acabamento de no mínimo 12 (doze) meses, sem quaisquer ônus para o Superintendência Estadual do IPHAN no Estado de Mato Grosso, contados a partir da data da entrega dos serviços.

12.8.2. Em caso de necessidade de substituição do equipamento durante a garantia, este deverá ser realizado no prazo máximo de 20(vinte) dias úteis pela CONTRATADA, após a notificação da Superintendência Estadual do IPHAN no Estado do Mato Grosso.

12.8.3. É da responsabilidade da empresa contratada e/ou da empresa indicada para assistência técnica:

12.8.4. Fornecer aos seus técnicos toda a logística e transporte de pessoal, ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis;

12.8.5. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, transporte/deslocamento, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas, referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com o Superintendência Estadual do IPHAN no Estado do Mato Grosso.

12.8.6. Sugestão: Além da garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, os serviços e seus componentes deverão ter garantia técnica de fixação, pintura e acabamento de no mínimo 12 (doze) meses, sem quaisquer ônus para o Superintendência Estadual do IPHAN no Estado do Mato Grosso, contados a partir da data da entrega dos serviços.

12.9. Do Foro

12.9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Mato Grosso, Seção Judiciária de Cuiabá/MT, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.123, de 2021.

13. ANEXO I

1. Projeto Arquitetônico de Restauro (Executivo) - SEI nº 7294532;
2. Projeto Arquitetônico de Urbanização do Beco - SEI nº 7266427;
3. Projeto de Instalações de Esgoto - SEI nº 7294559;
4. Projeto de Acessibilidade - SEI nº 7294570;
5. Projeto de Instalações de Água Fria - SEI nº 7294581;
6. Projeto de Instalações de Águas Pluviais - SEI nº 7294596;
7. Projeto de Combate a Incêndio - SEI nº 7294675;
8. Projeto de Elétrica, Lógica e SPDA - SEI nº 7294690;
9. Projeto de Climatização - SEI nº 7294702;
10. Projeto Estrutural - SEI nº 7294713;
11. Projeto de Luminotécnica - SEI nº 7294907;
12. Projeto de Canteiro de Obras - SEI nº 7294927;
13. Memorial Descritivo - SEI nº 7266380;
14. Caderno de Encargos - SEI nº 7266390;
15. Orçamento de Referência - SEI nº 7203546, e;
16. Declaração do Orçamentista - SEI nº 7203571.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a *Concorrência Eletrônica* nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 2026.

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANO ORIVALDO DE BARROS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 09:58:39.

KARINA NASCIMENTO DE OLIVEIRA NARDELLI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 10:10:20.